

2019

1º Semestre



História

VESTIBULAR FGV

GRADUAÇÃO EM DIREITO SP

GRADE DE CORREÇÃO

NOME:

IDENTIDADE:

INSCRIÇÃO:

LOCAL:

DATA: 15/11/2018

SALA:

ORDEM:

Assinatura do Candidato: _____

HISTÓRIA

QUESTÃO 1

Leia com atenção o trecho do documento do século XVI e responda às questões:

Aplicando as sobreditas razões às obras tão prejudiciais que àquelas gentes faziam os portugueses, que não passavam de guerras cruéis, matanças, cativos, totais destruições e aniquilamentos de muitas povoações (de gentes em sossego em suas casas e pacíficas), infalível condenação de muitas almas que eternamente pereciam sem remédio, que nunca os combateram nem lhes fizeram injúria ou Guerra, que nunca injuriaram ou prejudicaram a fé cristã nem jamais pensaram impedi-la e aquelas terras de boa fé possuíam, pois nunca a nós nos despojaram, nem sequer nenhuns dos seus predecessores, pois, sendo eles confins da Etiópia, tão distantes vivem dos mouros que por cá nos fatigam e daquelas terras não há escritura nem memória que aquelas gentes as tenham usurpado à Igreja, com que razão ou justiça poderão pois justificar ou desculpar aquilo que fizeram os portugueses: tantos males e ofensas, tantas mortes e cativos, tantos escândalos e perdição de tantas almas como naquelas pobres gentes, ainda que fossem mouros? Só por serem infiéis? Grande ignorância e condenável cegueira foi esta certamente. (...).

LAS CASAS, Bartolomé de. *Brevíssima relação da destruição de África*. Edições Lisboa: Antígona, 1996, p. 325-326

A Nas justificativas dos conquistadores para a escravização de africanos e indígenas, utilizou-se o conceito de guerra justa. Defina esse conceito.

RESPOSTA

Desenvolvido desde a Roma Antiga (por autores como Cícero) e sintetizado pela teologia cristã (de St. Agostinho a S. Tomás de Aquino à Escola de Salamanca), o conceito de “guerra justa” basicamente autorizava uma ação ofensiva de caráter bélico a partir de alguns critérios, tais como a punição/reparação de injustiças ou crimes perpetrados por determinados grupos/Estados contra indefesos e inocentes; prevenção ante o perigo iminente de um ataque.

Nos quadros da expansão portuguesa na África e no Novo Mundo entre os séculos XV-XVI, o conceito foi retomado para justificar o combate contra aqueles que resistissem à cristianização ou insistissem em práticas que pudessem escandalizar (como a antropofagia) ou prejudicar a ação dos colonizadores. Diante da necessidade premente de mão-de-obra para assegurar a conquista e viabilizar a exploração dos novos territórios incorporados à Metrópole, o conceito de “guerra justa” – já operante desde a baixa Idade Média durante as guerras da Reconquista contra os mouros - estabelecia que os prisioneiros de guerra (sob as condições supracitadas) poderiam ser escravizados, facultando assim a redução de enormes contingentes populacionais de nativos ameríndios e africanos à escravidão pelos colonizadores e/ou agentes da Coroa, a despeito das condenações da Igreja (como as expressas pelos papas Pio II e Paulo III) e, no caso particular dos indígenas, da proteção de determinados setores da Igreja (como a ordem jesuítica).

No caso em tela, cumpre ressaltar o estreito vínculo entre a moral religiosa, a pressão econômica e a justificativa política (perigo iminente de agressão e/ou resistência), sendo muito difundida a noção, tipicamente etnocêntrica, segundo a qual o conquistador europeu empreendia um bem aos indivíduos subjugados (em nome da civilização e, por extensão, da fé cristã).

GRADE DE CORREÇÃO

25%: alusão ou menção sumárias ao vínculo entre a moral religiosa dos conquistadores e a escravização de africanos e indígenas./Alusão ao caráter preventivo ou reativo do ataque aos povos nativos;

25%: definição mais bem articulada entre a escravização e a cultura etnocêntrica dos conquistadores, com referência, ainda que meramente alusiva, à perspectiva religiosa dos conquistadores;

25%: a estrutura de resposta do item acima, seguida de exemplos para caráter etnocêntrico da abordagem europeia diante da alteridade cultural (visões sobre a organização familiar, ritos sagrados, o mundo do trabalho, etc);

25%: articulação entre o caráter reativo/preventivo dos ataques (o cerne filosófico-jurídico da definição de “guerra justa”) e a perspectiva etnocêntrica por detrás da violência europeia levada a cabo em nome de uma missão civilizatória e/ou salvífica.

HISTÓRIA

QUESTÃO 1 (continuação)

B A partir do documento, aponte duas características da ação dos conquistadores portugueses em África no início da época Moderna.

RESPOSTA

Formado na Universidade de Salamanca, Las Casas denuncia a injustiça verificada na ação violenta e cruel dos conquistadores portugueses, que, segundo ele, seriam os verdadeiros “bárbaros” e “selvagens”, e não os povos subjugados, a seu ver pacíficos e que não haviam feito e/ou representavam qualquer perigo aos cristãos. Ainda de acordo com o célebre frade dominicano, os agentes conquistadores europeus, longe de promoverem a fé cristã ou a civilização, conspurcaram a mesma com suas ações arbitrárias, “cegas” e injustificadas, espalhando a barbárie sob a égide da “auri sacra fames.”

Escravidão implica a sujeição total de uma pessoa, que, privada de sua humanidade e liberdade, passa a ser propriedade ou coisa/objeto de outra. Frequente em muitas sociedades – no Oriente antigo, na África antiga, na Grécia antiga e, sob formas tão ou mais severas quanto a escravidão propriamente dita, a servidão dos camponeses do Leste europeu, que se estendeu até o século XIX adentro -, a escravidão implica uma relação social entre um indivíduo totalmente privado de sua autonomia e liberdade (por extensão, de sua dignidade humana) e um agente que exerce sobre ele (seja por motivo de dívidas, seja conquista militar, seja por meio do tráfico humano...) um poder irrestrito e arbitrário. Já o escravismo se refere a sociedades em que a instituição da escravidão fundamentou a organização social e econômica da sociedade, tal como as cidades-Estado antigas (Grécia e Roma), as sociedades coloniais modernas (América portuguesa, as Treze colônias inglesas na América, o Caribe), as sociedades aristocráticas do leste europeu sob o influxo do capitalismo/mercado de cereais (atuais Rússia, Polônia, Romênia, Hungria). No caso do escravismo em tela, isto é, o colonial do início da época Moderna, o mesmo foi impulsionado pelos lucros originários do tráfico de escravos no Atlântico, entre os séculos XVI e XIX, inscrito na lógica do capitalismo mercantil.

GRADE DE CORREÇÃO

25%: alusão descritiva ao caráter violento da conquista portuguesa na África, conforme bem caracterizado no excerto em tela;

25%: citação (da) ou alusão à escravidão e/ou ao tráfico de escravos;

25%: menção às feitorias como estratégia exploratória das riquezas naturais e dos povos locais (erroneamente associados aos muçulmanos e, como tais, passíveis de redução servil), bem como ao relacionamento político-econômico com as potestades locais (incentivo às guerras locais);

25%: articulação entre feitorias, escravidão e tráfico de escravos (mercantilismo, comércio triangular).

C Explique a diferença entre escravidão e escravismo.

RESPOSTA

Escravidão implica a sujeição total de uma pessoa, que, privada de sua humanidade e liberdade, passa a ser propriedade ou coisa/objeto de outra.

Frequente em muitas sociedades – no Oriente antigo, na África antiga, na Grécia antiga e, sob formas tão ou mais severas quanto a escravidão propriamente dita, a servidão dos camponeses do Leste europeu, que se estendeu até o século XIX adentro -, a escravidão implica uma relação social entre um indivíduo totalmente privado de sua autonomia e liberdade (por extensão, de sua dignidade humana) e um agente que exerce sobre ele (seja por motivo de dívidas, seja conquista militar, seja por meio do tráfico humano...) um poder irrestrito e arbitrário. Já o escravismo se refere a sociedades em que a instituição da escravidão fundamentou a organização social e econômica da sociedade, tal como as cidades-Estado antigas (Grécia e Roma), as sociedades coloniais modernas (América portuguesa, as Treze colônias inglesas na América, o Caribe), as sociedades aristocráticas do leste europeu sob o influxo do capitalismo/mercado de cereais (atuais Rússia, Polônia, Romênia, Hungria). No caso do escravismo em tela, isto é, o colonial do início da época Moderna, o mesmo foi impulsionado pelos lucros originários do tráfico de escravos no Atlântico, entre os séculos XVI e XIX, inscrito na lógica do capitalismo mercantil.

GRADE DE CORREÇÃO

25%: definição sumária de um dos termos (escravidão ou escravismo);

25%: definição correta de um dos termos;

25%: definição de ambos os termos, porém incompleta ou alusiva em relação a um deles;

25%: definição conceitual correta, podendo inclusive ser bastante breve, de ambos os termos.

HISTÓRIA

QUESTÃO 2

Leia o excerto abaixo e depois responda às questões propostas:

Tem havido muita discussão sobre a tendência generalizada na Alemanha de se agir como se os anos 1933 e 1945 nunca tivessem existido; como se essa parte da história alemã pudesse ser eliminada dos livros escolares; como se tudo dependesse de esquecer o aspecto 'negativo' do passado e reduzir o horror à sentimentalidade (...) Era uma situação grotesca quando os jovens estavam impedidos de aprender os fatos que qualquer criança na escola, poucos quilômetros adiante, não podia deixar de saber.

Hannah Arendt, *Homens em tempos sombrios*, São Paulo: Companhia das Letras, p. 26-27

A Apresente duas características da sociedade alemã entre 1933 e 1945.

RESPOSTA

A Alemanha do período entre 1933 e 1945 estava sob domínio do Partido Nazista e Adolf Hitler, que chegou ao poder após ser nomeado chanceler e logo após instalou um governo totalitário. Hitler ganhou apoio popular após pregar a descrença na democracia trazida pela República de Weimar, especialmente com a crise de 1929, e o revanchismo contra os países que, em sua visão, humilharam a Alemanha com o Tratado de Versalhes. A sociedade nazista pautava-se no nacionalismo extremista e o desenvolvimento das forças armadas sob a força do militarismo. Além do culto ao líder nazista, a Alemanha foi marcada pelo forte sentimento antissemita e a superioridade racial, que resultou na perseguição aos judeus e o Holocausto.

GRADE DE CORREÇÃO

25% menção para cada de característica abaixo seguida de explicação precisa da mesma com exemplos

- governo totalitário;
- descrença na democracia;
- revanchismo;
- nacionalismo extremista;
- militarismo;
- antissemitismo;
- cultura de superioridade racial.

HISTÓRIA

QUESTÃO 2 (continuação)

B Explique a situação da Alemanha entre 1945 e 1989.

RESPOSTA

No pós-guerra, a Alemanha sofreu a divisão em quatro zonas ocupadas pelos Aliados com a Conferência de Postdam. Diante do acirramento da Guerra Fria entre EUA e URSS, os territórios foram divididos em República Democrática Alemã (RDA) na parte oriental sob domínio dos soviéticos e regime socialista, enquanto a República Federal da Alemanha (RFA) contou com o Plano Marshall para seu desenvolvimento capitalista e domínio, sobretudo, dos norte-americanos. Em 1961, o Muro de Berlim marcou o epicentro do conflito ao separar a capital em duas zonas distintas, além da discrepância do desenvolvimento do lado capitalista e o atraso econômico do lado socialista. A Alemanha sem autonomia e devastada pela guerra, ainda carregava o sentimento de culpa e vergonha nacional ao não lembrar seu passado nazista. A unificação do país veio apenas com a queda do Muro (1989) e o fim da Guerra Fria.

GRADE DE CORREÇÃO

25% menção para cada de característica abaixo seguida de explicação precisa da mesma:

- quatro zonas ocupadas pelos Aliados com a Conferência de Postdam;
- República Democrática Alemã (RDA) na parte oriental sob domínio dos soviéticos e regime socialista;
- República Federal da Alemanha (RFA): capitalista e domínio, sobretudo, dos norte-americanos/ Plano Marshall;
- Muro de Berlim: epicentro da Guerra Fria.

C Explique o papel da aprendizagem escolar para o resgate do passado, conforme mencionado no texto de Hannah Arendt.

RESPOSTA

A História nos permite criar uma memória crítica do passado, além da criação de nova identidade nacional ou cultural conforme os interesses dos grupos hegemônicos, para dessa forma compreendermos o presente. Arendt chama atenção para a necessidade de admitir o passado, resgatá-lo e estudá-lo de modo a evitar fenômenos de “esquecimento” ou “negação”, os quais podem levar à repetição dos mesmos erros cometidos anteriormente. O estudo histórico ainda nos permite refletir sobre valores negados em tempos de autoritarismo, como a democracia e o multiculturalismo.

GRADE DE CORREÇÃO

50% para as respostas com menção a “evitar fenômenos de “esquecimento” ou “negação”, os quais podem levar à repetição dos mesmos erros cometidos anteriormente” e explicações precisas.

25% para a reflexão precisa acerca da relação entre memória/ democracia e autoritarismo.

25% menção à memória crítica e sua importância para a cidadania e valores democráticos.

HISTÓRIA

QUESTÃO 3

Observe atentamente a imagem abaixo, que se refere à Proclamação da República no Brasil:



Benedito Calixto, *Proclamação da República*, 1893.

A Identifique os grupos sociais representados como protagonistas na cena retratada.

RESPOSTA

Na pintura estão representados muitos militares, uniformizados e armados, vários deles montados à cavalo. Poucos civis estão presentes: no centro da imagem, um ou dois estão montados à cavalo, outro em pé, no chão, saúda os acontecimentos. No canto inferior, à direita, também avistam-se alguns personagens em trajes civis, saudando a República que se anuncia. Pode-se inferir que se trata de uma tentativa de representação de setores da elite civil, sobretudo latifundiários e cafeicultores. Não há setores populares representados, nem negros tampouco mulheres.

GRADE DE CORREÇÃO

50% pela menção aos militares e exército e oferecem uma explicação sobre a sua participação na proclamação.

25% pela referência à presença de civis.

25% pela referência à elite latifundiária.

25% pela referência à elite cafeicultora.

25% pela identificação dos setores ausentes.

HISTÓRIA

QUESTÃO 3 (continuação)

B A representação corresponde à proclamação ocorrida em 15 de novembro de 1889? Justifique sua resposta.

RESPOSTA

Apesar da representação idealizada, pode-se dizer que sim, pois a proclamação da República foi protagonizada por um militar, o Marechal Deodoro da Fonseca, que liderou, junto com outros militares de alto escalão, as articulações do Golpe de Estado que resultaram na deposição de D. Pedro II e no fim da monarquia. Vale lembrar que os dois primeiros presidentes da República foram militares: Deodoro da Fonseca e, em seguida, Floriano Peixoto. A presença da população civil no momento da proclamação é praticamente inexistente e acompanharam as notícias bestializados, como afirmou o pesquisador José Murilo de Carvalho.

GRADE DE CORREÇÃO

25% Resposta afirmativa, sem justificar.

25% resposta que argumenta ser uma representação idealizada construída em favor dos protagonistas da Proclamação da República.

25% Resposta afirmativa e identificação dos militares e a elite como protagonistas na justificativa da resposta.

25% Resposta afirmativa, porém acompanhada do argumento de que se trata de uma representação idealizada construída em favor dos protagonistas da Proclamação da República.

25% Resposta afirmativa acompanhada da classificação de Golpe de Estado protagonizado pelos militares/Deodoro da Fonseca.

25% Resposta afirmativa reforçando que não houve participação popular no evento.

C Aponte e explique duas causas para a queda do regime monárquico brasileiro.

RESPOSTA

O candidato poderá escolher entre vários fatores de desgaste do regime monárquico:

- A insatisfação crescente no meio militar, que se avolumou após a guerra do Paraguai. Além de se perceberem desvalorizados pela monarquia, vista por eles como corrupta e ineficiente, muitos defendiam a república como forma de governo, influenciados pela filosofia positivista, presente em sua formação.
- A elite econômica do sudeste, ligada à economia cafeeira, estava interessada em obter mais liberdade para seus negócios (importação e exportação, políticas de imigração, financiamentos, etc). Por isso defendia maior autonomia para as províncias, e condenava a excessiva centralização do império.
- A questão escravista: a abolição foi centro das discussões políticas na última década da monarquia brasileira. A Lei Áurea desagradou os proprietários de escravos, principalmente no nordeste, pois não definiu indenização para eles. Por isso, passaram a fazer oposição à Monarquia.
- A questão religiosa: conflitos entre autoridades religiosas (bispos) e a monarquia expuseram a fragilidade do sistema de padroado, que submetia as decisões Igreja católica no Brasil ao governo brasileiro.

GRADE DE CORREÇÃO

25% Cita corretamente apenas uma causa para a queda do regime monárquico, sem explicá-la.

25% Cita corretamente duas causas para a queda do regime, sem explicá-las adequadamente.

25% Para cada causa explicada adequadamente.

25% pela identificação dos setores ausentes.